

ENSINO PÚBLICO NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL NO SETOR BÁSICO ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2020

Artimiza Vieira¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a situação do ensino público na Guiné-Bissau, com foco no nível básico. Nas últimas décadas, o sistema educacional guineense enfrentou sérios desafios, resultantes de uma série de adversidades que comprometem os primeiros anos de aprendizagem, essenciais para o progresso acadêmico. Entre os principais problemas estão greves frequentes, condições precárias, falta de investimentos — menos de 2% do PIB do país é destinado à educação —, escassez de recursos didáticos, desvalorização dos professores e ausência de legislações eficazes no campo educacional. Esses fatores contribuíram para o alto índice de evasão escolar, especialmente ao longo das últimas décadas. Diante desse quadro, o Ministério da Educação estabeleceu como prioridade, para o período de 2017 a 2025, a inclusão de crianças fora da escola. Este estudo, adotando uma abordagem qualitativa, busca entender como diferentes setores e agentes podem contribuir para o desenvolvimento de um ensino básico eficaz, que promova a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Educação. Ensino público básico. Guiné-Bissau. Precariedades.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the state of public education in Guinea-Bissau, focusing on the basic education sector. Over the past decades, the Guinean education system has faced severe challenges resulting from a series of adversities that hinder early learning, which is fundamental for academic progression. Major issues include frequent strikes, precarious conditions, lack of investment — less than 2% of the country's GDP is allocated to education —, shortage of teaching resources, devaluation of teachers, and the absence of effective legislation in the educational field. These factors have contributed to a high dropout rate, particularly in recent decades. In response, the Ministry of Education has set a priority policy for the period of 2017 to 2025, targeting children who are out of school. This article, using a qualitative approach, seeks to understand how various sectors and stakeholders can contribute to the development of an effective basic education system that promotes the reduction of inequalities and the construction of a more just society.

Keywords: Education. Basic public education. Guinea Bissau. Precariousness.

1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo² propõe-se a fazer um panorama sobre o ensino público na Guiné-Bissau, a partir de um olhar para o setor básico, especificamente entre os anos de

¹ Bacharel em Humanidades pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB, Ceará). Graduanda em Sociologia pela UNILAB.

² Este artigo foi produzido como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Sociologia na UNILAB/CE. Foi orientado pela Prof. Dra. Janaina Campos Lobo, do Instituto de Humanidades da

2010 a 2020. O recorte temporal baseia-se na lei de base do sistema educativo da Guiné-Bissau (LBSE)³ que foi aprovado justamente no ano de 2010, e que a partir daí o processo educativo da Guiné-Bissau passa a ser dirigido por este mesmo instrumento jurídico⁴ que é a lei de base e com o objetivo geral de compreender, de forma qualitativa, os fatores e/ou as dificuldades que influenciam nas precariedades vivenciadas nesse setor, o qual tem observado índices cada vez mais elevados de evasão escolar. Como parte dessas fragilidades, cabe destacar que o educador guineense Samba Sané, em sua tese de doutorado (2019), apontou que a educação básica em Guiné-Bissau padece do entrecruzamento de diversos fatores:

Os principais constrangimentos na definição de uma efetiva política educativa em Guiné-Bissau têm a ver com suas fragilidades econômicas e políticas; a instabilidade políticas, ineficiência de recursos financeiros e infra-estruturais e a insuficiência de recursos humanos qualificados para sua execução, representa um grande desafio para a construção de um sistema educacional que responda pelas necessidades sociais e de desenvolvimento do país; a educação como um todo e o ensino básico em especial é dependente da ajuda financeira internacional para funcionar; a Guiné-Bissau não conseguiu, até o momento, implantar um sistema educacional, assim como uma proposta de ensino básico mais universal e que atenda critérios de qualidade social, devido às instabilidades políticas, sociais e econômicas, provocadas pelos recorrentes golpes de Estado e má-governança (SANÉ, 2019, p. 34).

O problema da precariedade no ensino público da Guiné-Bissau, de um modo específico no setor básico, na última década, é reflexo da combinação de muitos problemas, desde aspectos macroeconômicos e governança até aspectos das infraestruturas das unidades de ensino. Tais combinações resultam em um campo educacional em calamidade.

Porém, antes de seguir, devo apresentar, de modo resumido alguns dados sobre o país em questão. A Guiné-Bissau, portanto, é um país situado na costa ocidental da África. Possui fronteira com o Senegal, ao norte, e, a leste, com a república da Guiné-Conakry.

UNILAB/CE. Agradeço aos professores Dr. Leandro Proença e Ms. Policarpo Gomes Caomique, pela disponibilidade de participar da banca avaliativa.

³ O documento da Lei de Bases do sistema educativo pode ser acessado, na íntegra, no seguinte link: <https://fecong.d.org/pdf/crianca/LeiBasesSistemaEducativo.pdf>.

⁴ Importante mencionar as contribuições de Batista; Menegotti e Ehlert (2022, p. 16) em relação a LBSE: “a educação passou a ser estruturada de uma forma mais organizada, com a criação da LBSE, em 21 de maio de 2010, através do decreto presidencial do artigo 85o, no 1, c. da Constituição da República (GUINÉ-BISSAU, 2010). A LBSE é uma lei que visa a organizar o sistema e a política educativa do país, tendo em conta a desestruturação verificada no início do século atual. Como já foi dito, a LBSE normatiza todas as modalidades educativas, entre as quais a educação formal, a educação não formal e outras, regulando todos os órgãos que compõem o sistema educativo, públicos e privados”.

O oeste e o sul são banhados pelo Oceano Atlântico. Conta com uma dimensão territorial de 36.125 km² e com uma população estimada em quase 1.800,000 de habitantes, de acordo com o último senso realizado no ano de 2016. Também conta com uma parte insular, o arquipélago de Bijagós, com um complexo de mais de 80 ilhas. Geograficamente o país está dividido em oito regiões, mais o setor autônomo que é a capital, Bissau; sendo esta subdividida em 37 setores. Em termos de composição da população, Guiné-Bissau possui mais de trinta grupos étnicos. O país obteve a sua independência em 24 de setembro de 1973, depois de onze anos de luta para a libertação nacional.



Figura 1: Mapa da Guiné-Bissau. Retirado de: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_guine.pdf

Sendo assim, este artigo tem como finalidade promover análises sobre a situação do ensino básico público na Guiné-Bissau nas suas últimas décadas, além de objetivar estratégias que possam subsidiar melhorias. Cabe mencionar que o recorte temporal sugerido diz respeito, primeiramente, ao ano de 2010, década que marcou o decênio da realização da Conferência Mundial sobre a educação, a Conferência de Jomtien (que teve lugar na Tailândia, em 1990, e estabeleceu metas na área de educação para todos os países); até o ano de 2020, quando o mundo se viu confrontado com a pandemia de COVID-19, o que aprofundaria ainda mais os abismos de desigualdades sociais. Também compreende os anos que deveriam apontar resultados, de acordo com o previsto Plano Nacional de Ação/Educação para Todos (PNA/EPT), cuja versão final foi aprovada em 2003. De 2011 a 2015 deveríamos ver, portanto, a consolidação e avaliação dos resultados, preparação e lançamento do segundo PNA/EPT, com amplo desenvolvimento do setor educacional.

Importante mencionar que, em 2017, o documento plano setorial da educação na Guiné-Bissau enfatizava que:

À semelhança dos outros países em desenvolvimento, a Guiné-Bissau comprometeu-se a assegurar a todas as crianças uma educação de qualidade. Este compromisso foi retomado na lei de bases do sistema educativo e fez da educação um direito. Espera-se que a educação catalise a emergência do país, assegure a igualdade de acesso e o sucesso de todos, contribua para o desenvolvimento de cada cidadão, e apoie os esforços em matéria de democracia e de progresso social. (Documento & plano setorial da educação na Guiné-Bissau, 2017, p.08).

Entende-se, a partir dessa citação, que a Guiné-Bissau possui uma série de dispositivos que visam a melhoria do sistema educacional. Porém, tais medidas ainda não refletiram mudanças significativas e, é a partir desse cenário de fragilidades latentes, que este artigo se insere.

Por exemplo, se observarmos os dados sobre analfabetismo em Guiné-Bissau, os índices são alarmantes:

Quadro: 1.7

Taxas de analfabetismo da população residente de 15+ anos por sexo e região

| Região | Analfabetismo por sexo | | |
|--------------|------------------------|-----------|----------|
| | Total | Masculino | Feminino |
| Guiné-Bissau | 49,8 | 34,8 | 63,1 |
| Tombali | 59,6 | 40,3 | 76,2 |
| Quinara | 54,5 | 34,3 | 72,3 |
| Oio | 68,3 | 51,5 | 82,2 |
| Biombo | 47,5 | 29,9 | 61,7 |
| B.Bijagós | 44,3 | 31,3 | 55,6 |
| Bafatá | 64,9 | 51,1 | 77,1 |
| Gabú | 69,9 | 57,5 | 80,7 |
| Cacheu | 50,9 | 31,2 | 66,9 |
| SAB | 21,4 | 12,2 | 30,9 |

Fonte: GUINÉ-BISSAU. III RGPH/2009: terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009. Bissau: INEI Guiné-Bissau, 2009. p. 28.

Ainda que nas regiões mais próximas de Bissau as taxas de analfabetismo sejam menores se comparadas com zonas mais distantes da capital, é notório o abismo entre homens e mulheres que possuem acesso à educação no país. O quadro acima é parte de uma pesquisa datada de 2009. Ainda assim, embora não haja dados mais atualizados, vê-se cotidianamente os entraves que marcam o ensino básico no país. Porém, Da Costa Dias (2022, p. 5) traz índices mais recentes sobre essa situação:

Um total de 160 mil crianças em idade escolar encontrava-se fora do sistema educativo, onde 80 mil destas crianças, tratavam-se de crianças que deveriam pela sua idade, encontrar-se a frequentar o ensino básico. Em 2021, a taxa de não escolarização total foi de 28% e no 1º e 2º ciclo do ensino básico de 23%. Por nível de ensino, no 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, 36% de crianças em idade escolar que se encontravam fora do sistema escolar educativo, tratavam-se de crianças residentes no meio rural, com maior incidência nas crianças mais pobres e com segunda maior incidência em crianças de etnia fula.

Portanto, observamos não um arrefecimento das taxas de crianças e jovens que estão fora do sistema educacional, mas um incremento que evidencia os muitos obstáculos que persistem, afetando diretamente o acesso e a qualidade do ensino, especialmente no ensino básico.

2. CONCEITO DO ENSINO PÚBLICO NA GUINÉ-BISSAU:

O artigo se apoia na necessidade de compreender as dificuldades enfrentadas no ensino público básico de Guiné-Bissau. Apesar de termos na Constituição, precisamente no art. 16, que a educação visa a formação do homem [e que] ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso, portanto com a finalidade de ressaltar um conceito teórico com base na compreensão da temática, estabeleço o conceito do ensino público na Guiné-Bissau, com o recorte temporal apontado (2010 a 2020) e com a ênfase no Ministério da Educação, uma vez que é o principal órgão responsável do setor educacional do país.

Sendo assim a avaliação do ensino público na Guiné-Bissau, desde os meados de 2010 até 2020, designa-se por precariedade frente às necessidades populacionais, tendo em conta os fracos investimentos orçamentários que são destinados a este setor. O ensino público guineense recebe fracos orçamentos por parte do seu governo (menos de 2% do produto interno bruto do país – PIB – é destinado para gastos com educação), e tal situação não atende todas as necessidades deste setor. Cabe ressaltar que a precariedade atinge mais o interior do país, pois são as partes com ainda menos investimentos. Poderíamos elencar, rapidamente, os aprendizados insuficientes da escrita, leituras, linguagens e, principalmente, nas explorações (interpretações) textuais. Sabe-se que os primeiros anos de aprendizagem formal são fundamentais para o desenvolvimento dos indivíduos. Entretanto, esses problemas e dificuldades são frequentes e, dentre uma série de fatores, poderíamos citar as constantes paralizações (greves) que ocorrem nas escolas

de ensino público da Guiné-Bissau. Tal situação, por exemplo, não permite o término do ano letivo, ou seja, o funcionamento integral das aulas do ano letivo. Ainda, podemos ressaltar também a falta dos materiais didáticos adequados.

Um outro elemento muito preocupante e que explica em parte a fraca qualidade da educação: os docentes em si não têm o domínio daquilo que ensinam. À um nível correspondente ao 5º ano de primaria, os docentes não conseguem responder a um quarto das questões de português e acerca da metade das questões de matemática vindas do programa escolar de seus alunos (Relatório Unesco Guiné-Bissau 2016, pág. 2).

Tomando o Relatório Unesco sobre Guiné-Bissau, produzido em 2016, percebemos o estado em que se encontra o ensino público na Guiné-Bissau. O funcionamento das aulas nas escolas de ensino público tem sido um grande problema, principalmente para o ensino básico, que é marcado por uma precariedade dos professores, os quais recebem salários baixos e muitas vezes atrasados. Esse desinvestimento é mais um dos problemas que causam as dificuldades no ensino básico. Desvalorização profissional, salários módicos e, ainda, o não cumprimento salarial por parte dos órgãos responsáveis faz com que muitas escolas do ensino básico possuam como professores aqueles que não têm ensino superior na área da educação. Ou seja, muitas vezes o profissional que atua no ensino básico na Guiné-Bissau são jovens que só têm o ensino fundamental concluído. Tais contratações são levadas a cabo para suprirem os buracos vazios deixados pela falta de professores especializados. As aulas e todo o ensino-aprendizagem são prejudicados e isso reflete no indivíduo durante os anos subsequentes: dificuldades nas escritas, nas leituras, nas produções textuais, como também nas linguagens.

De acordo com o artigo “Os desafios da educação na Guiné-Bissau” da Revista Temas em Educação (2018), vemos que “como já é referido o ensino público na Guiné-Bissau é marcado por carências em todos os seus níveis. O parque escolar encontra-se em péssimas condições de funcionamento, falta de quase tudo para garantir um mínimo de sua funcionalidade” (p. 72). Nota-se, portanto, que há uma preocupação com o agravamento nos setores do ensino público da Guiné-Bissau, os quais reivindicam uma intervenção rápida dos principais órgãos responsáveis do setor educacional, de modo a mitigar as situações precárias das escolas públicas.

Da parte do governo, vê-se que a precariedade é devido aos poucos investimentos despejados nos setores da educação. Construção de escolas, arranjos dos materiais didáticos e o pagamento dos salários aos professores são afetados. Como pontua a escritora Maria Odete Da Costa Semedo no seu texto Educação como Direito:

A educação como direito. Isso porque não se pode falar do direito à educação sem antes situar o ambiente e as condições em que decorre essa educação que se quer como direito. Assim, na Guiné-Bissau, a falta de recursos apresenta-se para a educação como um dos grandes entraves ao seu desenvolvimento e sustentabilidade, tornando incerto o aperfeiçoamento do sistema educativo, porquanto o recurso afeto à educação, no Orçamento Geral do Estado, vem baixando fortemente de ano para ano, sendo que entre 1987 e 1995 baixou de 15% para 10%, e na previsão feita para 2006 está em 7,5%. Esta proporção equivale a 0.9% do PIB, comparado com a média na África subsaariana que é de 4% do PIB, no mesmo período (entre 1987/95). (SEMEDO, 2011, p. 2).

Referente à citação acima, nota-se um dos fatores dos entraves do sistema educacional guineense, os quais perduram. A análise acima centra-se nas décadas de 80 e 90, porém o que observamos é o agravamento de tais índices.

Conforme já citado, essas dificuldades atingem severamente mais os setores de ensino localizados no interior do país, pois são as zonas com menos investimentos para a construção das escolas, de recebimento de materiais didáticos e com professores que, muitas vezes, não conseguem atender a todas as turmas.

Assim, de um modo geral, os problemas que afetam o setor do ensino público guineense ao longo dos anos estabelecidos neste projeto, 2010 a 2020, são reflexos de poucos investimentos, algo que se tornou sistêmico em Guiné-Bissau e que nada mais é que um transcurso de pouco zelo com a educação. Obviamente, como referimos, isso é histórico e excede os anos que serão analisados neste estudo. As greves, ou melhor, as paralizações das aulas, são frequentes, a exemplo do que podemos ver nesta matéria, de 17 de março de 2021:

GUINÉ-BISSAU

Guiné-Bissau: Greves põem em causa futuro do ano letivo

Braço de ferro entre o Governo e professores grevistas coloca o ano letivo na indefinição. Sindicatos prometem continuar com reivindicações, enquanto encarregados da educação exigem do Governo o cumprimento dos acordos.



Fonte: <https://www.dw.com>. Acessado em 08 de junho de 2022.

E a partir dessa precariedade e do não cumprimento salarial por parte dos órgãos responsáveis temos greves e a conseqüente suspensão das aulas. Essas paralizações afetam o aprendizado dos alunos porque interrompe o ritmo das aulas, ou seja, prejudica todo o processo de ensino-aprendizagem.

3. ENSINO BÁSICO NA GUINÉ-BISSAU

O ensino básico na Guiné-Bissau, como foi definido e oficializado na lei de base do sistema educativo da Guiné-Bissau de 2010, é estendido em seis anos e é dividido em dois ciclos e/ou dois períodos.

O primeiro ciclo é de quatro anos que começa da primeira classe (série) e vai até a quarta classe (série); e é a fase em que mais basicamente a pessoa aprende sobre escrever, ler e - conseqüentemente - desenvolver as suas capacidades de interpretações textuais e linguísticas. O segundo ciclo começa de quinta classe (série) e vai até a sexta classe (série). Nesta fase do segundo ciclo, as crianças desenvolvem mais as suas competências aprendidas no decorrer do primeiro ciclo que irão acompanhá-los durante a escolarização subsequente, como podemos ver na revista temas em educação (2018) sobre os desafios da educação na Guiné-Bissau que:

O ensino básico foi estendido para seis anos, divididos em dois períodos - um, de quatro anos, e outro, de dois. Concluído o ensino básico, havia a possibilidade de escolher o ensino secundário ou uma formação profissional que podia ser: professor para o ensino básico elementar, auxiliar de enfermagem e técnico básico nas áreas de agricultura, construção civil indústria etc (SANE, 2018, p. 61).

Vê-se nessa citação acima que, ao frequentar e terminar essa fase do ensino básico, o indivíduo tem na mão duas opções: escolher a continuidade com o ensino secundário (fundamental) ou fazer uma formação profissional técnica. Porém, tendo em conta os grandes desafios provocados por greves e outras dificuldades que esse setor enfrenta, acaba pondo em causa uma das opções, que é dar seqüência aos estudos. Assim, muitos alunos não conseguem prosseguir, pois não têm condições de atender às exigências das fases subsequentes.

Além de todos esses obstáculos que os alunos enfrentam, devido a incompletude dos conteúdos, dificuldades de transmissão de conhecimentos por parte de professores menos preparados ou não preparados para a docência, estruturas escolares inadequadas, em alguns casos, situação familiar conturbada pelas crises etc., o próprio sistema educativo nacional está muito deficiente no ensino técnico profissional. Existem poucas

escolas técnicas e, as poucas que existem, estão concentradas nos centros urbanos. As suas capacidades de absorção são muito limitadas. Pois são pagas e as propinas são elevadas. Isso contribui também para o distanciamento da opção profissional depois do segundo ciclo.

Porém, vale ressaltar de que já tem casos em que está sendo verificado na prática, a unificação do terceiro ciclo no ensino básico que é a parte do ensino secundário (fundamental) e já tem alguns autores e documentos que já destacam sobre esse terceiro ciclo, que é a fase mais desenvolvida do aluno porque já se encontra em outro aspecto de aprendizagem e com o maior nível da compreensão e estruturação dos conteúdos abordados durante a aula. Como aponta no documento do Plano Setorial da Educação (2017-2025) que aborda sobre a progressão dos ciclos do ensino básico incluindo o terceiro ciclo, de que:

Apesar dos progressos registados no decurso da década precedente, que permitiram melhorar a cobertura dos diferentes ciclos de ensino básico (TBE de 143% para o 1º ciclo, 76% para o 2º ciclo e 61% para o 3º ciclo), a conclusão dos dois primeiros ciclos do ensino básico degradou-se, passando de 64% em 2010 para 59% em 2013. O exame do percurso escolar de uma geração, mostra que 23% das crianças não chegam a entrar na escola e 18% das que entram, abandonam o ensino antes do 6º ano. Em consequência, o país está ainda longe de atingir o objetivo da escolarização básica universal. (Documento plano setorial da educação. 2017-2025, p.09).

Refletindo sobre a citação acima, observamos como se encontra a situação do ensino público na Guiné-Bissau. Os ciclos do ensino básico ainda se encontram em estado de degradação em termos de aprendizados e, infelizmente, o país ainda está longe de atingir o objetivo da escolarização básica bem estruturada.

4. ABANDONO ESCOLAR

Em meados das últimas décadas os problemas que mais provocam a evasão escolar, principalmente no setor básico, provêm do fator da repetência (reprovação) como também da demora as crianças entrarem nas escolas.

Desse modo, o documento relatório do Unesco (2016) sobre o sistema educativo na Guiné-Bissau descreve que:

Três razões explicam particularmente os abandonos no decorrer dos estudos: uma entrada à escola tardia (as crianças em Guiné-Bissau têm em média 4 anos de atraso em relação a idade oficial), uma prática muito elevada de repetição (mais de 20 % na primária) e a raridade da quantidade de escolas que propõem um ciclo completo de 6 anos de estudos primários (somente 25 % das escolas). Este último ponto é

sintomático da falta de infraestruturas no país: a metade das crianças de Guiné-Bissau estuda em escolas que não propõem os 6 anos de primária. Por outras palavras, uma criança sobre duas que começa a escola num estabelecimento não terminará ali a sua escolaridade primária (Relatório Unesco, 2016, p. 2).

Isso faz com que entendamos parte das razões que levam à evasão escolar em Guiné-Bissau. Ainda, Benavente traz uma explanação sobre abandono escolar:

O abandono escolar é uma situação extrema de desigualdade entre os que vivem curtos percursos escolares, fracassam e abandonam e os que obtêm sucesso certificado e vivem longos percursos académicos, com as respetivas consequências pessoais e sociais do saber e dos títulos. Enquanto manifestação das desigualdades, o abandono aparece com a escola obrigatória e conhece diversas formas e razões segundo a extensão dessa obrigatoriedade e segundo o momento em que a ocorre (Benavente, et al, 1994, p.12).

Referente à colocação acima, no caso da Guiné-Bissau, muitas crianças e adolescentes são postos para ajudarem as suas respectivas famílias que vivem com uma certa dificuldade económica. Nesse sentido, a escola – com todas as dificuldades – não consegue ser um lugar de abrigo, mas torna-se um lugar expulsivo, pois não agrega as múltiplas necessidades de crianças e adolescentes.

5. AÇÕES PARA MITIGAR OS PROBLEMAS NO ENSINO PÚBLICO DA GUINÉ-BISSAU

Antes de iniciar a abordagem sobre esse tópico, farei uma breve contextualização de como era, ou seja, como funcionava essa política (autogestão) antes do recorte temporal estabelecido neste artigo

As escolas que adotam essa política são chamadas de escolas de autogestão e sempre foram instituições estatais, operando em parceria entre o Estado da Guiné-Bissau, a Igreja Católica e as comunidades locais. O objetivo principal é garantir que todas as crianças e adolescentes, cujas famílias não possuem condições financeiras para pagar as mensalidades, tenham acesso à educação.

Nesse sentido, de acordo com a Catarina Lopes no seu trabalho sobre participações das populações locais no desenvolvimento da educação, 2017, pag. 55):

Segundo o Anteprojeto de Estatutos das Escolas de Autogestão a nível da diocese (27 de setembro de 2001), as escolas de autogestão são escolas estatais que funcionam em parceria com a comunidade local e as Dioceses de Bissau e de Bafatá. «Visam proporcionar educação e formação académica às crianças, adolescentes e jovens e fazer com que a educação seja uma responsabilidade de todos. Para tanto, as atividades

são realizadas mediante um processo de consciencialização e de co-responsabilidade do Ministério da Educação Nacional, Diocese, comunidade escolar e corpo docente». (Lopes, 2017, p. 55).

No decorrer de toda essa conjuntura das paralizações, uma das opções que foram levados a cabo para tentar salvar os anos letivos das sucessivas greves nas escolas públicas é autogestão. Trata-se de um sistema que foi incluído em algumas das escolas públicas da Guiné-Bissau com a finalidade de minimizar os problemas das greves, o que significa que antes era acordo do Estado com a Igreja Católica e, agora, passa a ser um acordo entre a escola e os pais ou encarregados dos alunos que devem contribuir mensalmente para que os seus filhos possam estudar o ano letivo completo, sem a interrupção das greves. Porém, ainda assim essas escolas continuam sob o controle do Estado e Ministério da Educação.

Com base a isso, podemos ver no relatório da UNESCO (2016) que relata sobre o sistema educativo na Guiné-Bissau de que:

Em 2013, o Estado gastava em média 18000 Fcfa por criança escolarizada (menos de 40 dólares), um nível insuficiente para dispensar um docente de base de qualidade para todas as crianças. Nestas condições, as famílias devem financiar com seus próprios meios a educação de suas crianças. Em média, a contribuição das famílias é superior àquela depositada pelo Estado, a mesma é equivalente à 63 % das despesas totais de educação, um valor bem superior ao que é observado algures em África (24 %). (Relatório & Unesco 2016, p. 1).

Referente à citação acima, percebe-se que a causa da implementação do sistema de autogestão é devido ao investimento insuficiente do Estado em escolas públicas do país e, em razão disso, os familiares para tentar evitar os problemas que podem afetar o aprendizado dos seus filhos e que podem ter consequências futuras, acabam por se responsabilizar pelo que deveria ser fornecido pelo Estado, desse forma:

Assim, cabe à população, e mais especificamente aos pais e famílias, que têm a necessidade de se tornar um membro mais ativo na educação dos seus, a solucionar as lacunas do sistema de educação. Quer através do pagamento de propinas, como através da criação de escolas. O mesmo parece acontecer nas escolas públicas, nas quais os pais disponibilizam incentivos financeiros e não financeiros, que permitem que num quadro de fragilidade e instabilidade, como, por exemplo, greves prolongadas, as escolas nunca deixem de funcionar. Mesmo com todo o envolvimento das comunidades e dos pais, por falta de uma estrutura de Estado bem definida em políticas de educação, esta encontra-se dependente de ajudas externas (DA SILVA, 2020, p. 37).

Nesse sentido, observamos que sem ajuda externa, sem o envolvimento direto das famílias e comunidades de modo geral, o acesso à educação em Guiné-Bissau seria ainda mais atribulado, o que nos faz crer na fragilidade e na pouca valorização dirigida ao ensino básico.

NOTAS FINAIS

Diante das observações dos textos e documentos lidos como base na realização deste artigo e com o objetivo que almejamos atingir, concluímos que o ensino público na Guiné-Bissau nomeadamente no setor básico nas suas últimas décadas está associado aos parâmetros de várias adversidades precárias, no caso de falta de investimentos por parte do governo, greves, desvalorização dos professores e falta dos recursos didáticos o que dificulta muito os aprendizados perante o percurso estudantil. Vale ressaltar que essa precariedade no ensino público e, em específico, no setor básico refletem a combinação de vários aspectos, desde macroeconômicos (como os escassos investimentos do governo no setor da educação e, igualmente, no setor de infraestruturas), o que influencia em índices cada vez mais elevados da evasão escolar, até problemas relacionados às condições de acesso ao sistema educacional. Sendo assim, para minimizar tais precariedades, as comunidades locais - juntamente com outras instituições - criaram a política de autogestão com a finalidade de facilitar que as pessoas e que familiares não possuem condições financeiras pudessem ter acesso à educação.

Além desses aspectos, também cabe acrescentar que a educação em Guiné-Bissau não pode ser apenas um projeto de letramento, mas antes um projeto que esteja comprometido com um projeto de descolonização dos saberes, uma vez que:

[...] Na Guiné-Bissau existem inúmeros grupos etnolinguísticos com suas variáveis tradições e costumes que estão espalhados em todas as regiões do país, deste modo, é da suma importância a criação de políticas educacionais para legitimar os conhecimentos e cultura desses grupos étnicos assim como a inserção dos mesmos nos currículos escolares. Portanto, é necessária a implementação das políticas educacionais para a de(s)colonização dos currículos assim como do sistema do ensino, inserir conceitos e costumes locais nos processos de ensino e aprendizagem, possibilitar os alunos a compreenderem de forma crítica as realidades do seu povo (INTANQUÊ, 2022, p. 71-72)

Portanto, recomenda-se da parte do governo que haja mais investimentos nas escolas públicas da Guiné-Bissau principalmente no setor básico, porque é onde o indivíduo adquire os primeiros aprendizados que são fundamentais para todo o percurso estudantil. E se pensarmos no educador Paulo Freire, a partir do livro *Pedagogia do Oprimido* (2013),

entendemos que a educação autêntica é aquela que promove a crítica da realidade social e visa a transformação para um outro mundo possível.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Neusa C.; MENEGOTTI, Eliana H.; EHLERT, Fátima R. Acesso à educação básica no Brasil e na Guiné-Bissau: o direito à educação em diferentes contextos sociais. **Educação**: Santa Maria, v. 47, 2022.

BARRETO, Augusto Gomes. Fraco desempenho dos estudantes no ensino superior na Guiné-Bissau: A herança do ensino básico. **Revista eletrônica FNSA - diálogos acadêmicos**, v. 7, Julho-dezembro, 2014.

BENAVENTE, et al, **Renunciar a escolar**: o abandono escolar no ensino básico. Fim de Século, 1994, p. 12.

DA COSTA DIAS, Catarina Maria Daniela Rischawy. **Intervenção social comunitária no âmbito da educação na Guiné-Bissau: o caso das tabancas de Tabanane e Sibidjanfula da região de Bafatá**. Mestrado em Serviço Social. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), 2022.

DA SILVA, Paula Alexandra Lopes. **Educação e Desenvolvimento Comunitário: A Educação Pré-Escolar na Guiné-Bissau do Período Colonial Aos Dias Atuais**. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, 2020.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 14, p. 139-152, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GUINÉ-BISSAU. **Documento plano setorial da educação (2017-2025)**. Ministério da educação e ensino superior. Julho, 2017.

GUINÉ-BISSAU. **Lei de bases do sistema educativo**. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos, maio, 2010.

INTANQUÊ, Sabino Tobana. **Desafios da educação em Guiné-Bissau: análise de livros didáticos de História e Geografia do Nono ano da Educação Básica, sob perspectiva da descolonização**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC/RS), 2022.

LOPES, Catarina. **Participação das populações locais no desenvolvimento da educação**: caso de estudo, escolas comunitárias da região de Bafatá. Guiné-Bissau de

2004-2006. Dissertação do mestrado. P.55, (Instituto superior de ciências do trabalho e da empresa), dezembro. 2017.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. Educação como direito. **DhNET**, 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf Acesso em: 13.08.2022

MONTEIRO, João José Huco. [A Educação na Guiné Bissau: Bases para uma estratégia sectorial renovada. Junho, 2015.](#)

PASCUAL, Jorge Sampa. **Desafios e possibilidades para uma educação de qualidade.** Campina Grande, Realize editora, vol. 1 ed. 4, 2015.

REHDER, Maria, et al. Dossiê da Guiné-Bissau ao Brasil: impactos da instabilidade política na manutenção dos princípios constitucionais para a educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº. 145, out.-dez., p.962-979, 2018.

SANÉ, Samba. Os desafios da educação na Guiné-Bissau. **Revista Tema em Educação**, UFPB, v. 27, n. 1, jan-jun. 2018.

UNESCO. **Avaliação sumativa da iniciativa “escolas amigas das crianças (EAC)” na Guiné-Bissau (2011-2019).** Relatório final. Guiné-Bissau. Janeiro, 2020.

UNESCO. **Em Guiné-Bissau, o sistema educativo precisa em grande parte de ser construído.** Guiné-Bissau, novembro de 2016.

UNICEF. Declaração mundial sobre a educação para todos. **Conferência de Jomtien**, Tailândia. Março, 1990.